Editorial

É sabido por todos nós que tratar de nossas obrigações é um fator de total responsabilidade, porém resolver essas obrigações com cuidado e muito, mas muito amor é o grande diferencial que justifica a qualidade daqueles que se propõem a desenvolver trabalhos de extrema necessidade e com o comprometimento de oferecer motivos para a evolução das Ciências Jurídicas e Sociais.

Nessa edição são apresentados diversos trabalhos e um deles trata do "poder paralelo", sendo desenvolvido pelo tema: A Infiltração de Agentes como Instrumento de Combate ao Crime Organizado – análise da Lei nº 12.850/2013), nos entregando conceitos, características, aspectos e direitos.

Outro vem nos brindar, com o aprofundamento de um assunto que nos traz questionamentos, nestes dias de tantas transformações, quando discutimos sobre as Leis que regulam o que Karl Marx define como "a atividade sobre a qual o ser humano emprega sua força para produzir os meios para o seu sustento.", desenvolvido no tema: A Reforma Trabalhista e o Recrutamento do Trabalho Intermitente.

Outro ainda, não menos comentado, mostrando a problemática tão discutida na rotina diária das pessoas que entram em sites diversos, com o tema: A Responsabilidade Civil Objetiva e Subjetiva do Provedor de Internet Perante o Marco Civil da Internet e o Código de Defesa do Consumidor no Âmbito da Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça Brasileiro.

Presenteia-nos, também, com um assunto de vital importância e que nos preocupa sobremaneira, pois está diretamente associada à qualidade de vida, o direito à vida, a dignidade da pessoa humana, a igualdade e a discriminação, tratado nessa edição pelo tema: A Corrupção e a Violação do Direito Humano à Saúde.

Regala-nos, igualmente, oficializado como a paixão nacional, um tema que aborda o preconceito, a discriminação, a desatenção ao tratamento sobre o assunto: futebol, evoluído no tema: O Racismo no Futebol.

Completa-se essa edição com 2(duas) palestras de iluminadas e desmedidas importâncias, do Ministro Reynaldo Soares da Fonseca – Ministro do Superior Tribunal de Justiça com o tema: As Soluções Consensuais de Conflitos à Luz do Princípio Constitucional da Fraternidade: Realidade e Desafios Do NCPC – São Paulo – SP e do Ministro Paulo Dias de Moura Ribeiro – Ministro do Superior Tribunal de Justiça com o tema: Princípios Constitucionais no novo CPC.

Parabenizo a todos aqueles que com suas mais profundas aspirações nos obsequiaram com suas produções e convidar aos senhores leitores a se aprazarem com essa leitura.

Prof. Esp. Edson Roberto Berbel
Coordenador de Editoração Institucional
Revistas Científicas Eletrônicas da Universidade UNIVERITAS-UNG